

ÍNDICE

1. Demonstrações Contábeis	
• Balanço Patrimonial	03 e 04
• Demonstração de Resultados.....	05
• Demonstração de Fluxos Financeiros.....	06
2. Notas explicativas.....	07 a 21
3. Demonstração Patrimonial por Plano de Benefício.....	22 a 23
4. Parecer Atuarial	23 a 30
5. Parecer do Auditor Independente	30 a 31
6. Ata do Conselho Fiscal	31 a 32
7. Ata do Conselho Deliberativo aprovando o Balanço.....	32 a 33



Fundação Ampla de Seguridade Social Brasileiros

Demonstrações Contábeis
para os Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2006 e 2005

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
DISPONÍVEL	187	80
REALIZÁVEL	<u>736.984</u>	<u>658.150</u>
Programa Previdencial	125.226	169.392
Programa Administrativo	63	29
Programa de Investimentos	<u>611.695</u>	<u>488.729</u>
Renda Fixa	425.704	317.536
Renda Variável	149.854	146.965
Investimentos Imobiliários	36.054	23.200
Operações com Participantes	83	1.028
PERMANENTE	<u>112</u>	<u>75</u>
Imobilizado	112	75
TOTAL DO ATIVO	<u>737.283</u>	<u>658.305</u>

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

PASSIVO	<u>2006</u>	<u>2005</u>
EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>2.199</u>	<u>2.113</u>
Programa Previdencial	1.074	1.021
Programa Administrativo	444	505
Programa de Investimentos	681	587
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>77.573</u>	<u>65.343</u>
Programa Previdencial	76.192	64.438
Programa Administrativo	337	-
Programa de Investimentos	1.044	905
EXIGÍVEL ATUARIAL	<u>666.617</u>	<u>551.547</u>
Provisões Matemáticas	<u>666.617</u>	<u>551.547</u>
Benefícios Concedidos	579.513	471.354
Benefícios a Conceder	87.104	80.193
RESERVAS E FUNDOS	<u>(9.106)</u>	<u>-</u>
Equilíbrio Técnico	<u>(29.453)</u>	<u>-</u>
Resultado Realizados	<u>(29.453)</u>	<u>-</u>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(29.453)	-
FUNDOS	<u>20.347</u>	<u>39.302</u>
Programa Previdencial	16.930	35.518
Programa Administrativo	3.334	2.756
Programa de Investimentos	83	1.028
TOTAL DO PASSIVO	<u>737.283</u>	<u>658.305</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PROGRAMA PREVIDENCIAL:		
Recursos Coletados	23.923	28.859
Recursos Utilizados	(52.313)	(57.220)
Constituições de Contingências	(13.702)	(21.922)
Custeio Administrativo	(2.390)	(1.922)
Resultado dos Investimentos Previdenciais	111.511	87.225
Constituições de Provisões Atuariais	(115.070)	(24.679)
Reversões / Constituições de Fundos	<u>18.588</u>	<u>(10.341)</u>
Déficit Técnico do Exercício	<u>(29.453)</u>	<u>-</u>
 PROGRAMA ADMINISTRATIVO:		
Recursos Oriundos de Outros Programas	4.362	3.303
Receitas	-	8
Despesas	(3.654)	(3.008)
Constituições de Contingências	(601)	-
Resultado dos Investimentos Administrativos	471	445
Constituições de Fundos	<u>(578)</u>	<u>(748)</u>
 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS:		
Renda Fixa	52.998	51.650
Renda Variável	46.937	36.085
Investimentos Imobiliários	14.562	2.789
Operações com Participantes	(765)	(1.448)
Relacionados com o Disponível	(590)	(524)
Constituições de Contingências	(133)	(1.005)
Custeio Administrativo	(1.972)	(1.381)
Resultados Transferidos para Outros Programas	(111.982)	(87.670)
Reversões de Fundos	<u>945</u>	<u>1.504</u>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PROGRAMA PREVIDENCIAL	<u>13.881</u>	<u>13.608</u>
ENTRADAS	<u>68.089</u>	<u>73.213</u>
Recursos Coletados	23.923	28.859
Recursos a Receber	44.149	44.354
Outros Realizáveis/Exigibilidades	17	-
SAÍDAS	<u>(54.208)</u>	<u>(59.605)</u>
Recursos Utilizados	(52.313)	(57.220)
Utilizações a Pagar	53	46
Outros Realizáveis /Exigibilidades	-	(6)
Constituições de Contingências	(1.948)	(2.425)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	<u>(4.051)</u>	<u>(2.910)</u>
ENTRADAS	<u>-</u>	<u>8</u>
Receitas	-	8
SAÍDAS	<u>(4.051)</u>	<u>(2.918)</u>
Despesas	(3.654)	(3.008)
Despesas a Pagar	79	116
Outros Realizáveis /Exigibilidades	(175)	(29)
Constituições de Contingências	(264)	-
Permanente	(37)	3
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	<u>(9.723)</u>	<u>(10.760)</u>
Renda Fixa	(55.170)	(36.561)
Renda Variável	44.048	26.086
Investimentos Imobiliários	1.802	1.295
Operações com Participantes	180	56
Relacionadas com o Disponível	(591)	(524)
Relacionados com Tributos	-	(136)
Reversões/Constituições de Contingências	8	(976)
FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	<u>107</u>	<u>(62)</u>
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	<u>107</u>	<u>(62)</u>

Luís Carlos Silva Miranda

Diretor Presidente

CPF: 306.609.987-34

Vitelmo Ferreira

Diretor de Investimentos, Administração e
Finanças

CPF: 025.114.527-15

Dilma Nascimento Trindade

Diretora de Seguridade

CPF: 388.003.657-87

Maria Helena Formaggieri Cunha

Contadora- CRC-RJ 063.098-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 e 2005

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros é uma entidade de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

De conformidade com o Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplicando no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único Plano, do tipo Benefício Definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA).

Em decorrência do Déficit Atuarial registrado nesse plano até 1998, a Entidade, com o apoio de sua patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A., elaboraram um programa de ajuste com a implantação de um novo plano de benefícios.

Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definido – PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21/02/2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 09, de 17/01/2006.

Aos participantes vinculados ao PCA, foi dada a opção de se transferirem para o novo plano, sendo que, encerrado o processo de migração, houve a adesão de 98% dos participantes ativos ao novo plano de benefícios.

No Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA os participantes ativos e inativos contribuem com montantes que variam de acordo com as faixas salariais. A patrocinadora contribuiu, no ano de 2006 com 5,62% (cinco vírgula sessenta e dois por cento) e contribuirá em 2007 com 4,29% (quatro vírgula vinte e nove por cento) da folha de pagamento dos participantes ativos.

No Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, a patrocinadora contribui na proporção de 100% (cem por cento) sobre as contribuições normais dos participantes, até o limite de 5% (cinco por cento) do Salário Real de Contribuição. No ano de 2006 contribuiu com 4,28% (quatro vírgula vinte oito por cento) e em 2007 contribuirá com 4,29% (quatro vírgula vinte nove por cento), sobre o total da folha de pagamento dos participantes ativos a título de

Contribuição Especial (Invalidez e Pensão por Morte) e Extra para cobertura das despesas administrativas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para as Entidades Fechadas de Previdência Privada, através da Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e alterada pela Resolução nº 10, de 5 de julho de 2002.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Realizável

Programa Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pela patrocinadora e pelos participantes, no final de cada mês. Adicionalmente registra as Contribuições Contratadas com a patrocinadora.

Programa Administrativo

Registra adiantamento de férias e viagens.

Programa de Investimentos

a) Renda Fixa

As aplicações são substancialmente efetuadas em fundos de investimentos exclusivos e de mercado estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

b) Renda Variável

As ações no mercado à vista estão demonstradas pelo valor de mercado, com base no preço médio do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores. A variação apurada entre o valor contábil e o de mercado é apropriada na conta de resultado dos investimentos. Os gastos com compra das ações são considerados como parte integrante de seu custo de aquisição.

As aplicações em fundos de ações exclusivos e de mercado estão registradas pelo valor da quota na data do balanço.

c) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, de acordo com reavaliação a cada três anos, e depreciados pelo método linear pelas taxas estabelecidas em função de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

d) Operações com Participantes

Registram as operações de empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Estas operações foram realizadas em duas séries, sendo a primeira atualizada pelo IGP-M acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano, e a segunda através da variação da Taxa Referencial (TR) mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

Com a finalidade de renegociação do saldo devedor, foram adotadas providências de solução definitiva para o equacionamento da carteira de Operações com Participantes, segmento de Financiamento Imobiliário, deflagrada entre os anos de 1992 a 1994, tendo sido submetida à apreciação da SPC, através da carta PRE-B/2004 de 22/09/04, obtendo-se como resposta orientativa do Órgão de Controle e Fiscalização, o Ofício nº 179/SPC/DEPIN, mencionando que é ato de gestão de única e exclusiva responsabilidade dos dirigentes da entidade, decidiu o Conselho Deliberativo da Fundação em 12/08/05, conceder aos participantes ativos e assistidos com saldo residual devedor após o encerramento do prazo contratual de 10 (dez) anos, um desconto de 90% (noventa por cento), e o saldo remanescente ser pago em parcelas fixas a negociar sem juros e correção monetária, tendo a referida decisão sido comunicada àquela Secretaria, através de relatório circunstanciado encaminhado pela Carta nº 139/PRE-B/2005, de 16/09/05. Para os mutuários inadimplentes, inclusive para aqueles com ação judicial em curso, decidiu o Conselho Deliberativo em reunião de 11/10/05, oferecer um desconto de 70% (setenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado até o vencimento contratual.

Destaca-se a provisão para perda de (R\$ 1.705 mil em 2005), valor suficiente para cobrir possíveis prejuízos na realização desse crédito, que é líquido das reservas de poupança de cada participante inadimplente, na sua totalidade composta por ex-empregados da Ampla, desligados no Programa de Demissão Incentivada – PDI, imediatamente após o processo de privatização.

Não obstante, a renegociação não obteve o êxito desejado, perdurando ainda no final deste exercício na carteira de empréstimos, o saldo devedor de R\$1.023 mil, o que concorreu para que a Brasileiros constituísse provisão em dezembro/06, respaldada em Resolução da Diretoria Executiva de 01/07, para as operações com os participantes em estado de

inadimplência e, portanto, em liquidação duvidosa com relação aos recebimentos das

parcelas do valor principal e/ou de encargos da operação.

A administração julga que é suficiente para perda, em 2006, o montante provisionado de R\$ 940 mil, com idênticos valores revertidos do Fundo de Investimento criado para essa finalidade, não alterando o resultado contábil, que são os seguintes:

Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA	R\$ 826 mil
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável- PACV	<u>R\$ 114 mil</u>
Total	R\$ 940 mil

3.2. Permanente

Representado pelos bens de uso próprio, são demonstrados ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% - Móveis e Utensílios;
- 10% - Máquinas e Equipamentos;
- 20% - Computadores e Periféricos;

3.3. Exigível Operacional

Programa Previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, restituição de contribuição e outros.

Programa Administrativo

Registram valores a recolher de encargos sobre folha de pagamento, despesas a pagar de serviços de terceiros, provisão de férias e seus respectivos encargos.

3.4. Exigível Contingencial

A Fundação constitui provisões em função de ações judiciais, de acordo com a sua natureza. (Vide nota 7 – Contingencial)

3.5. Exigível Atuarial

As Provisões Matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e são divididos em dois grupos: Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, calculadas por atuário externo Mercer Human Resource Consulting Limitada.

3.6. Demonstrações de Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência; os encargos referentes à depreciação e amortização são apurados em registros auxiliares de acordo com a legislação em vigor.

4. PROGRAMA PREVIDENCIAL

Demonstrativo da composição consolidada das contribuições contratadas e normais.

<u>Patrocinadora Ampla</u>	<u>CNPB</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Contribuições Contratadas</u>			
<u>Contrato I</u>			
Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	-	32.752
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	-	8.885
Total do Contrato I		-	41.637
<u>Contrato II</u>			
Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	1.008	1.752
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	273	475
Total do Contrato II		1.281	2.227
Total das Contribuições Contratadas		1.281	43.864
<u>Serviço passado contratado</u>			
<u>Contrato III</u>			
Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	116.476	117.755
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	6.265	6.754
Total do Contrato III – Serviço passado contratado		122.741	124.509
<u>Contribuições normais do mês</u>			
Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	19	67
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	1.181	930
Total das Contribuições normais do mês		1.200	997
<u>Outros recursos a receber</u>			
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV	1999000374	-	2
Total de Outros recursos a receber		-	2
<u>Outros realizáveis</u>			
Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA	1972000111	4	20
Total de Outros realizáveis		4	20
Total		125.226	169.392

Contrato I

Em 19 de novembro de 1996 foi assinado Contrato de Consolidação e Refinanciamento de Dívida, da Patrocinadora junto à Fundação, reajustado com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês, no valor de R\$99.018 mil (noventa e nove milhões e dezoito mil reais).

O objetivo deste contrato é o equacionamento de retenção de contribuições no período compreendido entre os meses de agosto de 1987 e setembro de 1996, cuja amortização e encargos mensais foram rigorosamente cumpridos desde novembro de 1998, término do período de carência, tendo sido realizado o pagamento total de 96 (noventa e seis) parcelas no montante de R\$ 299.584 mil (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais). Contrato liquidado em 31/10/2006.

Contrato II

Em 14 de agosto de 1998 foi assinado com a Patrocinadora o Contrato de Consolidação de Dívida, no valor de R\$ 3.251 mil (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil reais). Este montante corresponde a compromissos de natureza financeiras pendentes de pagamentos, relativos a débitos provenientes de alugueis em atraso e ressarcimento de despesas administrativas.

Este contrato prevê pagamento em 120 (cento e vinte) meses, com carência de 24 (vinte quatro) meses e reajuste com base no INPC e juros simples de 12% ao ano. A amortização e encargos mensais vêm sendo rigorosamente cumpridos, desde junho de 2000, término do período de carência, já tendo sido realizado até esta data o pagamento de 79 (sessenta e nove) parcelas no montante de R\$ 7.545 mil (sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais).

Contrato III

Em 1º de janeiro de 2002 a Brasileiros assinou contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das Provisões Matemáticas a Constituir dos Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA e de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização no valor de R\$138.758 mil (cento e trinta e oito milhões e setecentos e cinquenta e oito mil reais) baseado em parecer atuarial.

Os contratos foram financiados em 20 (vinte) anos, com carência de 30 (trinta) meses e reajustados com base no IGP-DI e juros de 6% ao ano. No período de carência a patrocinadora pagou os juros e correção monetária no montante de R\$ 64.753 mil (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil reais).

A amortização e encargos mensais vêm sendo rigorosamente cumpridos, desde julho de 2004, término do período de carência, já tendo sido realizado até esta data o pagamento de 30 (trinta) parcelas no montante de R\$ 30.223 mil (trinta milhões e duzentos e vinte e três mil reais).

O contrato foi reduzido até esta data no montante de R\$ 24.500 mil (vinte quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Renda Fixa</u>		
Aplicações em Instituições Financeiras		
- Banco Alfa de Investimentos	71.861	55.498
- Banco Bradesco S.A	65.501	51.390
- Banco BNP Paribas Asset Management	79.355	59.290
- Banco Real ABN Amro Bank	65.646	58.040
- HSBC Asset Management	70.308	51.941
- Banco Votorantim	67.218	40.315
- Caixa Economica Federal	3.788	1.062
- SulAmerica	<u>2.027</u>	<u>-</u>
Total Renda Fixa – Aplic em Instit. Financeiras	<u>425.704</u>	<u>317.536</u>
<u>Renda Variável</u>		
Fundos de Investimentos		
- Banco Financ. e Ind. de Invest. – Sudameris	49.954	46.202
- Banco Bradesco S.A	29.931	30.786
- HSBC Asset Management	27.759	27.457
- Santander Brasil S.A – CCVM	40.051	40.456
- Bank Boston	-	267
- Icatu Hartford Administ.de Recursos Ltda	307	265
- Unibanco Asset Management	306	268
- Schroder Investment M.Brasil DTVM S.A.	358	297
- Itaú Excelência Social Ações	1.188	-
- A Receber	<u>-</u>	<u>967</u>
Total dos Fundos de Investimentos	<u>149.854</u>	<u>146.965</u>
<u>Investimentos Imobiliários</u>		
Edificações		
- Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	1.728	1.353
- Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 – Niterói – RJ	30.430	19.498
- Rua Aureliano Coutinho, 81 – Petrópolis – RJ	3.889	2.347
- Aluguéis a Receber – Petrópolis	<u>7</u>	<u>2</u>
Total dos Investimentos Imobiliários – Edificações	<u>36.054</u>	<u>23.200</u>
<u>Operações com Participantes</u>		
Financiamentos Imobiliários	<u>83</u>	<u>1.028</u>

Títulos da Dívida Agrária:

A Brasileiros, através da sua área jurídica e a consultoria terceirizada Escritório Jurídico Betiol, obteve sucesso na ação Judicial movida contra a União, resultando na recuperação e recebimento de parte de parcela de juros e atualização monetária dos Títulos da Dívida Agrária, numa quantidade de 27.730, adquiridos em 27/07/1987, os quais tinham sido apreendidos pelo INCRA, correspondendo a um ingresso de recursos, em maio/05, da ordem de R\$ 4.958 mil (quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil reais).

Dando continuidade, a área jurídica da Fundação orientou a recontração do mesmo Escritório Jurídico Betiol, através do contrato assinado em 01/06/05, com a finalidade de defender os interesses da Brasileiros, junto à Justiça Federal de Brasília – DF, pelo ajuizamento de ação ordinária com pedido declaratório e condenatório objetivando o recebimento dos valores dos juros remuneratórios (compensatórios) fixados em 6% ao ano, moratórios e do valor equivalente a 13,89% que corresponde ao índice de correção monetária expurgada em fevereiro de 1991, por ocasião do Plano Verão, subtraídos por ocasião da liquidação dos títulos, acrescidos de juros e correção monetária, dos títulos da dívida agrária, a partir de setembro de 1997.

A ação judicial foi distribuída em 2005 e após a apresentação de todas as provas pertinentes, encontra-se aguardando a prolação da sentença.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme determinação da Resolução CGPC nº 4 de 31 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8 de 19 de junho de 2002, está sendo apresentada abaixo a composição dos ativos integrantes da carteira dos fundos de investimentos, segregado entre títulos para negociação e mantidos até o vencimento:

Natureza dos Títulos	Valores dos Títulos		Faixas de Vencimento	
	Para negociação		(intervalo de anos)	
	(1)			
	2006	2005	2006	2005
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
- Notas do Tesouro Nacional	12.113	30.738	2008/2011	2006/2009
- Letras Financeiras do Tesouro	67.146	143.973	2007/2010	2006/2009
- Letras do Tesouro Nacional	271.062	117.566	2007/2009	2006/2008
Aplicações em instituições financeiras:				
- Certificado e Recibo de Depósitos Bancário (2)	20.081	8.675	2007/2011	2006/2007
Títulos de empresas:				
- Debêntures não Conversíveis (2)	32.149	14.952	2007/2015 (3)	2006/2015
- Certificado de compra/venda a Termo	3.693	2.640	2006/2007	2006
Total	406.244	318.544		

(1) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;

(2) Os valores apresentados são líquidos de provisões para perdas;

(3) Com repactuação em 01/04/2008.

A Resolução CGPC nº 4, de 30/01/02, prevê em seu Artigo 6º que a reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, de acordo com os critérios previstos no artigo 1º desta Resolução, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

Comprovando excelente capacidade financeira, caracterizada pela capacidade de atendimento às necessidades de liquidez alicerçada por fluxo de médio e longo prazo de pagamentos de benefícios de seus Planos de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido) e de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, e de recebimentos de contribuições e rentabilidades de investimentos e apresentando Índice de Solvência positivo para esse período, não se configurando, conforme estudo de ALM elaborado por consultoria especializada, em nenhum problema futuro de insuficiência momentânea de recursos no decorrer dos próximos anos, e dado o estabelecido na Resolução CGPC Nº 4, de 31/01/2002 e Instrução CVM nº 365 de 29/05/02, legislações sobre a precificação dos títulos e valores mobiliários, a Brasileiros recomendou em 30/12/05, aos seus administradores de fundos exclusivos, Banco Alfa, Banco BNP Paribas, Banco Bradesco e Banco HSBC do segmento de renda fixa, que mantinham a determinação de precificação, para títulos mantidos até o vencimento, alterando o procedimento em 30/12/05, encerramento do exercício, para reprecificação à títulos de negociação à mercado.

Com esta alteração de procedimento se espera diminuir substancialmente a volatilidade na rentabilidade dos Fundos Exclusivos, além de propiciar padronização na análise da performance, ou seja, toda a carteira de renda fixa sendo precificada da mesma forma;

Padronização na precificação dos ativos para atendimento à Patrocinadora AMPLA, periodicamente, para efeito de apuração de fechamento de seus resultados contábeis, CVM 371 e FAS87, apresentando os valores dos patrimônios dos planos de aposentadoria da Fundação, segundo o seu valor de mercado, observando tratar-se de exigência das regras contábeis;

Este procedimento de padronização do segmento de renda fixa para precificação de negociação à mercado, está contemplado na Política de Investimentos para o período de 2006 a 2010, devidamente aprovada pelo Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo.

Em decorrência ao cumprimento, do item II, do Parágrafo 1º, do Artigo 6º, os ganhos e perdas não realizados, devem ser reconhecidos imediatamente no resultado do período, que, no presente caso da Brasileiros, gerou uma variação positiva cujo impacto, apresentamos segregadamente, por fundo e gestor, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA:

HSBC Fundo de Investimento Multimercado FUNBR

	Posição dos Títulos em 30/12/2005			Faixas de Vencimento (intervalo de anos)
	Curva	Mercado	Impacto	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
- Notas do Tesouro Nacional	5.217	5.274	57	2009
- Letras Financeiras do Tesouro	38.032	38.076	44	2006/2008
- Letras do Tesouro Nacional	3.652	3.652	-	2006
Títulos de empresas:				
- Debêntures não Conversíveis	2.957	2.957	-	2007/2015
Outros	1.982	1.982	-	-
Total	51.840	51.941	101	

ALFA Investor 39 Fundo Multimercado Investor Qualificado

	Posição dos Títulos em 30/12/2005			Faixas de Vencimento (intervalo de anos)
	Curva	Mercado	Impacto	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
- Letras Financeiras do Tesouro	55.268	55.512	244	2006/2009
Outros	(14)	(14)	-	
Total	55.254	55.498	244	

BRADESCO FI Energie Renda Fixa

	Posição dos Títulos em 30/12/2005			Faixas de Vencimento (intervalo de anos)
	Curva	Mercado	Impacto	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
- Notas do Tesouro Nacional	8.633	8.341	(292)	2006/2009
- Letras Financeiras do Tesouro	5.903	5.921	18	2006/2008
- Letras do Tesouro Nacional	28.809	29.230	421	2006/2008
Aplicações em instituições financeiras:				
- Certificado e Recibo de Depósitos Bancário	4.533	4.545	12	2006/2007
Títulos de empresas:				
- Debêntures não Conversíveis	2.464	2.466	2	2006/2010
Outros	887	887	-	
Total	51.229	51.390	161	

Total dos Fundos

	Posição dos Títulos em 30/12/2005		
	Curva	Mercado	Impacto
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:			
- Notas do Tesouro Nacional	13.850	13.615	(235)
- Letras Financeiras do Tesouro	99.203	99.509	306
- Letras do Tesouro Nacional	32.461	32.882	421
Aplicações em instituições financeiras:			
- Certificado e Recibo de Depósitos Bancário	4.533	4.545	12
Títulos de empresas:			
- Debêntures não Conversíveis	5.421	5.423	2
Outros	2.855	2.855	-
Total PCA	158.323	158.829	506

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV:

BNP Paribas Energie FI Multimercado Previdenciário

	Posição dos Títulos em 30/12/2005			Faixas de Vencimento (intervalo de anos)
	Curva	Mercado	Impacto	
Títulos de responsabilidade do Governo Federal:				
- Notas do Tesouro Nacional	16.158	16.113	(45)	2009
- Letras do Tesouro Nacional	32.111	32.448	337	2006/2007
Aplicações em instituições financeiras:				
- Certificado e Recibo de Depósitos Bancário	2.749	2.749	-	2006
Títulos de empresas:				
- Debêntures não Conversíveis	5.276	5.269	(7)	2006/2011
- Certif. compra/venda a Termo de Energia Elétrica	2.639	2.639	-	2006
Outros	<u>72</u>	<u>72</u>	<u>-</u>	
Total PACV	59.005	59.290	285	

Investimentos Imobiliários

Conforme determina a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, os imóveis têm sido reavaliados a cada três anos.

A Fundação reconheceu no exercício de 2006, reavaliação no montante de R\$11.692 mil a qual foram baseados nos laudos de avaliação, emitido por perito independente – Bolsa de Negócios Imobiliários do RJ.

<u>Ativo</u>	<u>Data</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Valor Reavaliado</u>
Pça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2-Niterói-RJ	Fev/2006	19.305	9.935	29.240
R.Aureliano Coutinho, 81-Petrópolis-RJ	Fev/2006	2.344	1.578	3.922
Av.Paulo Leitão, 695 – Magé –RJ	Fev/2006	<u>1.351</u>	<u>179</u>	<u>1.530</u>
Total		<u>23.000</u>	<u>11.692</u>	<u>34.692</u>

Os imóveis passarão a ser depreciados pela vida útil remanescente estimadas nos referidos laudos de avaliação, como segue:

<u>Imóvel</u>	<u>Vida útil remanescente</u>	<u>Taxa anual de depreciação - %</u>
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2-Niterói – RJ	70 anos	1,43
Rua Aureliano Coutinho, 81-Petrópolis – RJ	65 anos	1,54
Avenida Paulo Leitão, 695 – Magé – RJ	50 anos	2,00

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional:

<u>Descrição</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Repasse para Patrocinadora de Assist.Médica/Odontológica	529	489
Repasse a Sindicatos e Associações	154	130
Compl. Aposentadoria / Devolução de Poupança	51	21
IRRF a Recolher	244	286
Seguro de Vida	110	108
Provisão Folha da Brasileiros	189	142
Fornecedores	189	207
Obrigações Fiscais	43	-
A restituir a Ampla	4	141
Imóveis (obras de melhoramentos)	679	586
Outros	<u>7</u>	<u>3</u>
Total	<u>2.199</u>	<u>2.113</u>

7. CONTINGENCIAL

Programa Previdencial

Complementação de Aposentadoria e Restituições de Contribuições

A Fundação constitui provisão em função de ações judiciais impetradas contra a mesma para revisão de Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, Pensão e Restituição de Contribuições, que vem sendo atualizadas mensalmente pela correção monetária do TJ-RJ + TR, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

Programa Administrativo

A Fundação constitui provisão para contingências do PIS, que vem sendo atualizado pela taxa SELIC, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

Programa de Investimentos

Imposto Sobre Operações Financeiras

A Fundação constitui provisão para contingências do IOF, que vem sendo atualizado pela taxa SELIC.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e de Transmissão de Imóveis

A Fundação preservou a provisão atualizada para o ITBI referente ao imóvel de Petrópolis e IPTU para os imóveis de Magé e Petrópolis, da qual são deduzidos os depósitos judiciais.

Demonstrativo da composição consolidada do exigível contingencial:

<u>Descrição</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Programa Previdencial		
Complementação de Aposentadoria	89.015	85.035
Devolução de Poupança	2.033	1.752
(-) Depósito Judicial	<u>(14.856)</u>	<u>(22.349)</u>
Total do Programa Previdencial	76.192	64.438
Programa Administrativo		
Processo PIS	615	-
(-) Depósito Judicial	<u>(278)</u>	<u>-</u>
Total do Programa Administrativo	337	-
Programa de Investimento		
IOF	86	76
IPTU e ITBI	928	1.403
Empréstimo	81	71
(-) Depósito Judicial	<u>(51)</u>	<u>(645)</u>
Total do Programa de Investimento	1.044	905
Total	<u>77.573</u>	<u>65.343</u>

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Benefícios Concedidos

As Reservas de Benefícios Concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a Conceder

Os Benefícios a Conceder correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedido), líquidos das contribuições futuras dos participantes e patrocinadores, sendo ambos avaliados para os participantes ativos que não adquiriram o direito de aposentadorias e pensões.

9. DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DO EXIGÍVEL ATUARIAL:

<u>Descrição</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Provisões Matemáticas	<u>666.617</u>	<u>551.547</u>
Benefícios Concedidos	<u>579.513</u>	<u>471.354</u>
Benefício do Plano	579.513	471.354
Benefícios a Conceder	<u>87.104</u>	<u>80.193</u>
Benefícios do Plano com a Geração Atual	87.183	80.259
Plano de Contribuição Definida	72.238	64.937
Plano de Benefício Definido	14.945	15.322
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(79)	(66)

10. EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Superávit do Exercício	57.127	20.341
Redução do Contrato III	(168)	(10.000)
Reversão /constituição de Fundo Previdencial	<u>18.588</u>	<u>(10.341)</u>
Subtotal	75.547	-
Projeção real dos benefícios do Plano	(78.800)	-
Demais impactos (mortalidade geral e de inválido, fator de capacidade)	<u>(26.200)</u>	<u>-</u>
Déficit do Exercício	<u>(29.453)</u>	<u>-</u>

A Resolução MPS/CGPC nº 18 exige que a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes do plano não gere expectativas de vida inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT83. No entanto, a mesma permite que a implementação desta tábua seja feita de forma gradual até 31/12/2008. Em virtude disto, e também das características do Plano, a tábua AT-83 foi adotada com dois anos de agravamento. Tal agravamento será reduzido gradativamente até ser completamente eliminado em 2008.

Observamos ainda, que o impacto das alterações das hipóteses citadas acima se traduziu em um acréscimo nas Provisões Matemáticas dos Planos da ordem de R\$ 105.000 mil, contribuindo decisivamente para a formação do Déficit auferido ao final do exercício.

Na avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria da BRASILETROS, foi apurado um Déficit, em 31/12/2006, no valor de R\$ 29.453 mil, que corresponde a 5,65% do total das provisões matemáticas do Plano. Salientamos estar este déficit em um nível aceitável, segundo os critérios contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio de sua Deliberação nº 371, que servem de base à preparação das demonstrações das Patrocinadoras. Tal resultado poderá ser compensado por eventuais ganhos que venham a ser observados em 2007 ou incorporados ao contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a Patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

11. FUNDOS

Os Fundos constituídos em 2005 e 2006 têm as seguintes finalidades: lastrear o impacto financeiro de possíveis perdas no Patrimônio Líquido decorrentes do provisionamento de recursos para contingências diversas; cobertura de oscilações de riscos no exercício; e revisão no decorrer do ano do Contrato para cobertura das Reservas a Amortizar firmado com a Patrocinadora Ampla, que possuem cláusula de revisão atuarial.

O Fundo do Programa Administrativo é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas e pela existência de saldo no Ativo Permanente, obedecendo a Portaria nº 176/96 da Secretaria de Previdência Complementar.

O Fundo do Programa de Investimentos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes, na eventualidade do seu falecimento, e para garantir quitação de resíduos porventura existentes após o prazo contratual dos financiamentos.

12. TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Custeio Administrativo

Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos dos Programas Previdencial e de Investimentos representaram respectivamente no ano de 2006 54,24% e 45,76% do total geral das despesas administrativas.

No ano de 2005 representaram respectivamente 54,09% e 45,91% do total geral das despesas administrativas.

A partir do exercício de 2004 optou-se por não transferir os custos administrativos do Programa Previdencial para os planos.

O rateio dos custos administrativos dos investimentos em 2006 foram calculados com 81,43% para o Plano de Complementação de Aposentadoria- PCA e de 18,57% para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV .

No ano de 2005 o rateio dos custos administrativos dos investimentos foram calculados respectivamente com 85% e 15%.

Resultado dos Investimentos

Nos Programas Previdencial e Administrativo, o item “Resultado dos Investimentos”, representa o valor líquido das importâncias transferidas do Programa de Investimentos a título de remuneração dos respectivos programas.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL POR PLANO DE BENEFÍCIO

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - PCA

	2006	2005		2006	R\$ 2005
ATIVO	571.110.432,33	517.210.061,21	PASSIVO	571.110.432,33	517.210.061,21
Disponível	105.258,35	23.650,73	Contas a pagar	1.983.046,51	1.536.557,64
Contas a receber	117.506.693,50	152.370.638,87	Valores em litígio	77.228.506,04	65.322.890,36
Aplicações	453.498.480,48	364.815.771,61	Compromissos com participantes e assistidos	521.281.760,28	431.113.055,24
. Renda Fixa	307.572.149,57	234.211.131,02	Fundos	70.092,69	19.237.557,97
. Renda Variável	109.802.767,02	106.508.748,81	Déficit Técnico	(29.452.973,19)	-
. Imóveis	36.053.471,20	23.199.720,22			
. Financiamentos Imobiliários	70.092,69	896.171,56			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Contribuições				14.996.089,14	19.669.249,99
Benefícios				(44.623.397,91)	(49.857.858,37)
Rendimentos das aplicações				85.017.319,76	67.005.383,75
Recursos líquidos				55.390.010,99	36.816.775,37
Formação de valores em litígio				(13.841.744,42)	(22.843.703,26)
Formação dos compromissos com participantes e assistidos				(90.168.705,04)	(13.861.647,08)
Utilização / formação de fundos para riscos futuros				19.167.465,28	(111.425,03)
Déficit Técnico do Exercício				(29.452.973,19)	-

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

	2006	2005		2006	R\$ 2005
ATIVO	162.389.049,28	137.921.195,47	PASSIVO	162.389.049,28	137.921.195,47
Disponível	40.344,93	41.096,76	Contas a pagar	103.365,65	158.752,95
Contas a receber	7.917.155,39	17.046.385,79	Valores em litígio	7.328,77	19.544,05
Aplicações	154.431.548,96	120.833.712,92	Compromissos com participantes e assistidos	145.335.315,08	120.433.479,96
. Renda Fixa	114.366.836,39	80.245.522,37	Fundos	16.943.039,78	17.309.418,51
. Renda Variável	40.051.593,78	40.456.342,44			
. Financiamentos Imobiliários	13.118,79	131.848,11			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Contribuições				6.537.454,55	7.267.701,94
Benefícios				(7.689.303,00)	(7.362.482,85)
Rendimentos das aplicações				25.681.263,84	19.720.649,50
Recursos líquidos				24.529.415,39	19.625.868,59
Utilização / formação de valores em litígio				6.041,00	(82.887,38)
Formação dos compromissos com participantes e assistidos				(24.901.835,12)	(10.817.018,67)
Utilização / formação de fundos para riscos futuros				366.378,73	(8.725.962,54)
Superávit / (-) Déficit do exercício				-	-

Comentários sobre a rentabilidade dos Planos PCA e PACV:

A Brasileiros em 2006, com um total em Recursos Garantidores das Reservas Técnicas de seus planos administrados de R\$ 607,9 mil (seiscentos e sete milhões e novecentos mil), sendo R\$



453,5 mil para o PCA e R\$ 154,4 mil para o PACV, representando um acréscimo de R\$ 122,3 mil (cento e vinte e dois milhões e trezentos mil) em relação ao ano anterior, e repetindo o ano de 2005,

performou também em 2006, um excelente retorno de seu patrimônio aplicado, superando os respectivos parâmetros de mercado, IBOVESPA, IBX e o CDI.

A rentabilidade total, sem considerar as contribuições contratadas, em 2006 atingiu 22,8 %, superando em 0,7 % a do ano de 2005, que foi 22,1 %. Saliente-se que foi um ano em que ocorreram sucessivos cortes na taxa de juros SELIC. Os segmentos que mais se destacaram para a obtenção dessa expressiva rentabilidade foram, o dos imóveis e o da renda variável, respectivamente com 63,8 % e 34,7 %.

Resultado dos Investimentos *Rentabilidade % nominal pelo critério da TIR*

	2005	2006
Renda Fixa	20,9	15,5
Renda Variável	28,0	34,7
Investimentos Imobiliários	13,8	63,8
Operações com Participantes	(57,9)	(89,8)
Contribuições Contratadas	11,2	10,8
Rentabilidade Total		
Com Contribuições Contratadas	19,0	20,1
Sem Contribuições Contratadas	22,1	22,8
Meta Atuarial (IGP_DI + 6% a.a.)	7,3	10,0
CDI	19,0	15,0
Ibovespa / IBX	27,1	33,7
INPC	5,1	2,8

Comentário sobre os Custeio Administrativo:

A partir de 2004 optou-se por não transferir os custos administrativos do programa previdencial para o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV.

PARECER ATUARIAL - PCA

Parecer Atuarial - Parte Integrante do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano da Entidade em 31/12/2006 referente à Patrocinadora **AMPLA Energia e Serviços S.A.**

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2006, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

Conta	Nome	(R\$)
2.3.0.0.00.00	EXIGÍVEL ATUARIAL	521.281.760,28
2.3.1.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	521.281.760,28
2.3.1.1.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	507.049.437,35
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	507.049.437,35
2.3.1.2.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	14.232.322,93
2.3.1.2.01.00	Benefícios do Plano com a Geração Atual	14.250.532,80
2.3.1.2.01.01	– Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02	– Benefício Definido	14.250.532,80
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(18.209,87)
2.3.1.3.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.4.1.0.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(29.452.973,19)
2.4.1.1.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.4.1.1.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.4.1.1.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.4.1.1.01.02	Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.4.1.1.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(29.452.973,19)
2.4.2.1.00.00	Fundo do Programa Previdencial	0,00
2.4.2.4.00.00	Fundo do Programa de Investimentos	70.092,69

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- O Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), fechado a novas adesões, vigente em 31/12/2006;
- Os dados individuais dos participantes e beneficiários do plano com data-base em 31/07/2006 e projetados para 31/12/2006, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer Human Resource Consulting que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o regulamento do plano de benefícios;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer Human Resource Consulting.

Certificamos que, de acordo com a Lei nº 109, de 29/05/2001, os Custos do Plano são aqueles identificados nos campos 45 a 58 desse DRAA e que as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições conforme descrito no campo 60 do presente DRAA.

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições com base em percentuais cumulativos em função de faixas do salário, conforme descrito na tabela a seguir:

Faixa do Salário ⁽¹⁾	Percentual Aplicável
Até TETO / 2	1,75%
De TETO / 2 até TETO	4,50%
De TETO até 3 x TETO	7,50%
Acima de 3 x TETO	10,00%

(1) TETO corresponde ao teto do Salário de Contribuição para a Previdência Social.

Além dessas contribuições, os participantes ativos deverão verter contribuições no percentual de 1,10% sobre seus salários de contribuição para a cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876, de 29/11/1999, que altera as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Oficial, instituindo o fator previdenciário.

Observamos que o valor apresentado no campo 63 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de participantes ativos do plano na data-base da avaliação.

Certificamos que os participantes assistidos deverão efetuar contribuições equivalentes aos mesmos percentuais cumulativos para os participantes ativos, aplicados sobre os benefícios do plano. Observamos que o valor apresentado no campo 65 do DRAA se refere ao percentual médio apurado a partir da população de participantes assistidos do plano na data-base da avaliação.

Certificamos que os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seu benefício, acrescidas da taxa de administração.

O plano de custeio apresentado neste Parecer deve vigorar por 1 (um) ano a partir de 01/03/2007.

Ressaltamos que o valor das despesas administrativas orçadas para o PCA somada às despesas administrativas orçadas para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV), também mantido pela BRASILETROS, para o exercício de 2007, ultrapassa o limite legal vigente de 15% das receitas de contribuições desses dois planos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Limite Legal das Despesas Administrativas previstas para 2007	
Folha anual dos participantes ativos do PCA	R\$ 1.899.014,00
Contribuições dos participantes ativos e da Patrocinadora para o PCA	9,98%
Folha anual dos participantes ativos da AMPLA no PACV	R\$ 56.796.335,76
Contribuições dos participantes ativos e da AMPLA para o PACV	13,09%
Folha anual dos participantes ativos da BRASILETROS no PACV	R\$ 660.639,98
Contribuições dos participantes ativos e da BRASILETROS para o PACV	8,82%
Folha anual de benefícios do PCA	R\$ 39.057.855,46

Limite Legal das Despesas Administrativas previstas para 2007	
Contribuições dos participantes assistidos do PCA	3,66%
Totais de Contribuições Previstas	R\$ 9.111.947,90
Despesas administrativas orçadas para o exercício	R\$ 2.534.500,76
Despesas administrativas em % das contribuições aos Planos	27,82%

Em conformidade com os itens 42 e 43 da Resolução MPAS/CPC nº 1, de 09/10/1978, a BRASILETROS deverá solicitar à Secretaria da Previdência Complementar (SPC) autorização para essa sobrecarga administrativa, salientando que tais despesas serão integralmente cobertas pela Patrocinadora.

Observamos que, ao considerarmos a realização das amortizações dos contratos de Reserva a Amortizar previstas para o exercício de 2007, conforme informado pela BRASILETROS, no valor total de R\$ 12.575.269,70, os gastos com as despesas administrativas da BRASILETROS enquadram-se às disposições legais vigentes, correspondendo a um percentual de 11,69% do total das receitas previdenciais previstas para o exercício.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2006, que tomou como base a população existente nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na BRASILETROS.

Como resultado desses estudos, foram alteradas as seguintes hipóteses financeiras e biométricas em relação às utilizadas para encerramento do exercício de 2005:

Hipóteses	31/12/2005	31/12/2006
Projeção real dos benefícios do Plano	-1,5% a.a.	0,00% a.a.
Mortalidade de Inválido	IAPB-57	AT49 agravada em 6 anos
Mortalidade Geral	UP94 agravada em 2 anos	AT83 agravada em 2 anos
Fator de Capacidade	0,97	0,98

Observamos que a Resolução MPS/CGPC nº 18 exige que a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes do plano não gere expectativas de vida inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT83. No entanto, a mesma permite que a implementação desta tábua seja feita de forma gradual até 31/12/2008. Em virtude disto, e também das características do Plano, a tábua AT-83 foi adotada com dois anos de agravamento. Tal agravamento será reduzido gradativamente até ser completamente eliminado em 2008.

Observamos ainda, que o impacto das alterações das hipóteses citadas acima se traduziu em um acréscimo nas Provisões Matemáticas do Plano da ordem de R\$ 90.000 mil, conforme detalhado a seguir, contribuindo decisivamente para a formação do Déficit auferido ao final do exercício:

Hipóteses	Impacto Aproximado
Projeção real dos benefícios do Plano	R\$ 68.400 mil
Mortalidade de Inválido	R\$ 600 mil
Mortalidade Geral	R\$ 16.000 mil
Fator de Capacidade	R\$ 5.000 mil
Total	R\$ 90.000 mil

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2006 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria da BRASILETROS, certificamos que foi apurado um Déficit, em 31/12/2006, no valor de R\$ 29.452.973,19, que corresponde a 5,65% do total das provisões matemáticas do Plano. Salientamos estar este déficit em um nível aceitável, segundo os critérios contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio de sua Deliberação nº 371, que servem de base à preparação das demonstrações das Patrocinadoras. Tal resultado poderá ser compensado por eventuais ganhos que venham a ser observados em 2007 ou incorporados ao contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a Patrocinadora, com cláusula de revisão atuarial.

PARECER ATUARIAL – PACV

Parecer Atuarial - Parte Integrante do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV) mantido pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano da Entidade em 31/12/2006 referente à Patrocinadora *AMPLA Energia e Serviços S.A.* e à própria *BRASILETROS*, que respondem solidariamente pelas obrigações assumidas em relação ao Plano.

Certificamos que, em 31 de dezembro de 2006, a composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 5, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002, é a seguinte:

Conta	Nome	(R\$)
2.3.0.0.00.00	EXIGÍVEL ATUARIAL	145.335.315,08
2.3.1.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	145.335.315,08
2.3.1.1.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	72.463.495,51
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	72.463.495,51
2.3.1.2.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	72.871.819,57
2.3.1.2.01.00	Benefícios do Plano com a Geração Atual	72.932.772,77
2.3.1.2.01.01	– Contribuição Definida	72.237.830,03
2.3.1.2.01.02	– Benefício Definido	694.942,74
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(60.953,20)
2.3.1.3.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.4.1.0.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00
2.4.1.1.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.4.1.1.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.4.1.1.01.01	Reserva de Contingência	0,00

Conta	Nome	(R\$)
2.4.1.1.01.02	Reserva para Revisão do Plano	0,00
2.4.1.1.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
2.4.2.1.00.00	Fundo do Programa Previdencial	16.929.920,99
2.4.2.4.00.00	Fundo do Programa de Investimentos	13.118,79

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

- O Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV), que se encontra em manutenção, vigente em 31/12/2006;
- Os dados individuais dos participantes e beneficiários do plano com data-base em 31/07/2006 e projetados para 31/12/2006, fornecidos pela BRASILETROS à Mercer Human Resource Consulting que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial;
- A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o regulamento do plano de benefícios;
- Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela BRASILETROS à Mercer Human Resource Consulting.

O Fundo Previdencial constituído tem as seguintes finalidades: lastrear o impacto financeiro de possíveis perdas no Patrimônio Líquido decorrentes do provisionamento de recursos para contingências diversas; cobertura de oscilações de riscos no exercício e revisão no decorrer do ano do Contrato para cobertura das Reservas a Amortizar firmado com a Patrocinadora AMPLA, que possui cláusula de revisão atuarial.

Certificamos que, de acordo com a Lei nº 109, de 29/05/2001, os custos do Plano são aqueles identificados nos campos 45 a 58 desse DRAA e que as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano. Estas contribuições resultam nas taxas médias constantes nos campos 59 a 66 do presente DRAA.

Certificamos que os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar as contribuições na forma prevista no Capítulo B.5 do regulamento do Plano, acrescidas da taxa de administração.

O plano de custeio apresentado neste Parecer deve vigorar por 1 (um) ano a partir de 01/03/2007.

Ressaltamos que o valor das despesas administrativas orçadas para o PACV somada às despesas administrativas orçadas para o Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA), também mantido pela BRASILETROS, para o exercício de 2007, ultrapassa o limite legal vigente de 15% das receitas de contribuições desses dois planos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Limite Legal das Despesas Administrativas previstas para 2007	
Folha anual dos participantes ativos do PCA	R\$ 1.899.014,00
Contribuições dos participantes ativos e da Patrocinadora para o PCA	9,98%

Limite Legal das Despesas Administrativas previstas para 2007

Folha anual dos participantes ativos da AMPLA no PACV	R\$ 56.796.335,76
Contribuições dos participantes ativos e da AMPLA para o PACV	13,09%
Folha anual dos participantes ativos da BRASILETROS no PACV	R\$ 660.639,98
Contribuições dos participantes ativos e da BRASILETROS para o PACV	8,82%
Folha anual de benefícios do PCA	R\$ 39.057.855,46
Contribuições dos participantes assistidos do PCA	3,66%
Totais de Contribuições Previstas	R\$ 9.111.947,90
Despesas administrativas orçadas para o exercício	R\$ 2.534.500,76
Despesas administrativas em % das contribuições aos Planos	27,82%

Em conformidade com os itens 42 e 43 da Resolução MPAS/CPC nº 1, de 09/10/1978, a BRASILETROS deverá solicitar à Secretaria da Previdência Complementar (SPC) autorização para essa sobrecarga administrativa, salientando que tais despesas serão integralmente cobertas pela Patrocinadora.

Observamos que, ao considerarmos a realização das amortizações dos contratos de Reserva a Amortizar previstas para o exercício de 2007, conforme informado pela BRASILETROS, no valor total de R\$ 12.575.269,70, os gastos com as despesas administrativas da BRASILETROS enquadram-se às disposições legais vigentes, correspondendo a um percentual de 11,69% do total das receitas previdenciais previstas para o exercício.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de estudo específico realizado em 2006, que tomou como base a população existente nos Planos administrados pela BRASILETROS e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução nº 18/2006 do CGPC, encontra-se arquivado na BRASILETROS.

Como resultado desses estudos, foram alteradas as seguintes hipóteses financeiras e biométricas em relação às utilizadas para encerramento do exercício de 2005:

Hipóteses	31/12/2005	31/12/2006
Projeção real dos benefícios do Plano	-1,5% a.a.	0,00% a.a.
Mortalidade de Inválido	IAPB-57	AT49 agravada em 6 anos
Mortalidade Geral	UP94 agravada em 2 anos	AT83 agravada em 2 anos
Fator de Capacidade	0,97	0,98

Observamos que a tábua de mortalidade geral foi alterada, não só visando à adequação da hipótese à realidade observada, mas também com o objetivo de atender a tábua mínima exigida pela Resolução nº 18.

Observamos ainda, que o impacto das alterações das hipóteses citadas acima se traduziu em um acréscimo nas Provisões Matemáticas do Plano da ordem de R\$ 15.000 mil, conforme detalhado a seguir:

Hipóteses	Impacto Aproximado
Projeção real dos benefícios do Plano	R\$ 10.400 mil
Mortalidade de Inválido	R\$ 500 mil
Mortalidade Geral	R\$ 3.400 mil
Fator de Capacidade	R\$ 700 mil
Total	R\$ 15.000 mil



Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2006 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável da BRASILETROS, certificamos que o Plano está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2007.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Melissa Garrido Cabral
M.I.B.A nº 1.182

Paloma Habib Pereira Gomes
M.I.B.A nº 1.538

De acordo:

Representante da Patrocinadora
Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Recursos Humanos

Representante da Entidade
Luís Carlos Silva Miranda
Diretor Presidente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos diretores, conselheiros, participantes e patrocinadora
Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasileiros
Rio de Janeiro - RJ

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasileiros em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasileiros, em 31 de dezembro de 2006, o

resultado de suas operações e o fluxo financeiro correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 4 As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foram por nós auditadas, e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 13 de fevereiro de 2006, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2007.

Mateus de Lima Soares
Sócio-contador
CRC 1RJ-079681/O-0
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, às dezesseis horas e trinta minutos, em sua sede, na Praça Leoni Ramos, 01 - Bloco 1 - 6º andar, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Giovanni Mascarenhas Araújo, Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, que indicou a mim, Luiz Cláudio Pinto Mattos, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros examinar e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2006 dos Planos de Complementação de Aposentadoria e de Aposentadoria de Contribuição Variável da Fundação e de níveis de contribuições recomendados para o exercício subsequente; b) Demonstrações Contábeis compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração do Fluxo Financeiro, respectivas Notas Explicativas e Orçamento Realizado do Exercício de 2006; e c) outros assuntos de interesse da Fundação. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação do Conselho Fiscal os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2006, dos Planos da Fundação, documentados no Parecer Atuarial inserto no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação (DRAA) de 16 de fevereiro de 2007, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., aprovados pela Diretoria da Fundação, em Reunião Ordinária de 09 de março de 2007 e ora apresentados a este Colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo do referido Parecer Atuarial, o Conselho Fiscal aprovou o seu inteiro teor, destacando-se, em especial, os níveis de contribuição das Patrocinadoras à Fundação, propostos para o exercício de 2007, conforme demonstrativos insertos no referido Parecer Atuarial, assim como a utilização dos recursos registrados em Fundo Previdencial para cobertura das contribuições das Patrocinadoras. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os documentos apresentados pela Diretoria da Fundação e citados no item "b" da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrantes daquelas demonstrações. Discutido o assunto o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência,



considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação. Os documentos objeto das deliberações, supra mencionados nos itens "a" e "b" da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Fundação. Passando para o item "c" da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Fábio Luiz de Araújo Fonseca

Olímpio Ramos de Andrade Filho

Giovanni Mascarenhas Araújo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Aos dezenove dias do mês março do ano de dois mil e sete, às 15:30 horas e trinta minutos, em sua sede, na Praça Leoni Ramos, 01 - Bloco 1 - 6º andar, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação AMPLA de Seguridade Social - BRASILETROS. Com a presença dos seguintes Conselheiros: Luís Carlos Silva Miranda (Presidente), Vitelmo Ferreira, Dilma Nascimento Trindade, Liliana Sasse, Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt, José Carlos Pacheco, Alosio Antônio de Jesus Pinto Baptista e Jorge Antônio Augusto. Ausentes por motivos justificados os Conselheiros Aurênio Pereira Carneiro Filho e Eduardo dos Santos Machado, sendo substituídos por seus suplentes Vanderlei Robadey Carvalho e Augusto Cesar Nogueira de Oliveira Costa, respectivamente. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Luís Carlos Silva Miranda, que indicou a mim, Luiz Cláudio Pinto Mattos, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2006 dos Planos de Complementação de Aposentadoria e de Aposentadoria de Contribuição Variável da Fundação e de níveis de contribuições recomendados para o exercício subsequente; b) Demonstrações Contábeis compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração do Fluxo Financeiro, respectivas Notas Explicativas e Orçamento Realizado do Exercício de 2006; e c) outros assuntos de interesse da Fundação. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2006, dos Planos da Fundação, documentados no Parecer Atuarial inserto no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de 16 de fevereiro de 2007, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., aprovados pela Diretoria Executiva da Fundação em reunião no dia 09 de março de 2007, pelo Conselho Fiscal em reunião dia 12 de março de 2007 e pela Patrocinadora AMPLA Energia e Serviços S/A em 15 de março de 2007, e ora apresentados a este Colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo do referido Parecer Atuarial, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, destacando-se, em especial, os níveis de contribuição das Patrocinadoras à Fundação, propostos para o exercício de 2007, conforme demonstrativos insertos no referido Parecer Atuarial, assim como a utilização dos recursos registrados em Fundo Previdencial para cobertura das Patrocinadoras. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item "b" da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas

foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas demonstrações, assim como examinado e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal da Fundação, em reuniões de 09 e 12 de março de 2007, respectivamente. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e aprovação do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da Fundação. Os documentos objeto das deliberações, supra mencionados nos itens "a" e "b" da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Fundação. Passando para o item "c" da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Luís Carlos Silva Miranda
Dilma Nascimento Trindade
Liliana Sasse
José Carlos Pacheco
Jorge Antonio Augusto

Vitelmo Ferreira
Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt
Augusto Cesar Nogueira de Oliveira Costa
Vanderlei Robadey de Carvalho
Aloísio Antônio de Jesus Pinto Baptista

